



**CONCURSO PÚBLICO PARA ADMISSÃO AO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DA
POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS PARA O ANO DE 2013.**

CFO/2013 - PROVA “C” - VERDE

(Edital DRH/CRS nº 07/2012, de 05 de outubro de 2012)

*Direito Penal Militar, Direito Processual Penal Militar, Direito Administrativo,
Legislação Extravagante e Legislação Institucional, Direito Penal, Direito Processual Penal,
Direito Constitucional e Língua Portuguesa.*

NOME: _____

LOCAL DE PROVA: _____ SALA: _____

DATA: 27Jan13

INSTRUÇÕES AOS CANDIDATOS:

1. Abra este caderno de prova somente quando autorizado.
2. Esta prova contém 39 (trinta e nove) questões numeradas de 02 a 40, valendo 5 (cinco) pontos cada e valor total de 195 (cento e noventa e cinco) pontos.
3. O tempo máximo permitido para a realização da prova objetiva será de 3 (três) horas incluindo o preenchimento da folha de respostas e de 4 (quatro) horas para a prova de redação.
4. Responda as questões e marque a opção desejada na folha de respostas, usando caneta (tinta azul ou preta).
5. Para cada questão existe somente uma resposta correta.
6. Prova sem consulta.
7. Não será admitido nenhum tipo de rasura na folha de respostas. As questões rasuradas ou em branco ou com dupla marcação serão consideradas nulas para o candidato.
8. É proibido o uso de máquinas calculadoras, telefones celulares ou outros similares.
9. Iniciadas as provas, os candidatos somente poderão deixar a sala, e a esta retornar, exclusivamente para uso de sanitários ou bebedouros, somente no intervalo de tempo abrangido dentro da segunda hora de realização das provas, ou seja, das 09:00 às 10:00h, e devidamente acompanhados por fiscal do concurso.
10. Ao final de cada prova, entregue ao aplicador a folha de respostas da prova objetiva, a folha de redação mais o caderno de prova, devidamente preenchidas, assinadas e conferidas.

CENTRO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO – A BUSCA PELA EXCELÊNCIA EM CONCURSOS

ATENÇÃO

ANTES DE INICIAR SUA PROVA, VOCÊ DEVERÁ ASSINALAR, NO CAMPO DESTINADO À 1ª (PRIMEIRA) QUESTÃO DA SUA FOLHA DE RESPOSTAS, O TIPO DE PROVA QUE ESTÁ FAZENDO, SOB PENA DE ANULAÇÃO.

TRANSCREVA ABAIXO AS RESPOSTAS DO CADERNO DE PROVA.

01 A B C D 11 A B C D 21 A B C D 31 A B C D

02 B C D

03 A B C D

04 B C D

05 A B C D

CAMPO DESTINADO À MARCAÇÃO DO TIPO DE PROVA:

01 ● B C D Prova A – AZUL – marcar letra A

01 A ● C D Prova B – BRANCA – marcar letra B

01 A B ● D Prova C – VERDE – marcar letra C

01 A B C ● Prova D – AMARELA – marcar letra D

A marcação das respostas do caderno de provas inicia-se a partir da questão nº. 02 (dois) até a questão nº. 40 (quarenta).

ATENÇÃO

1ª QUESTÃO – ESTA QUESTÃO NÃO SE REFERE À PROVA DE CONHECIMENTOS DO CONCURSO. VOCÊ DEVERÁ MARCAR NA FOLHA DE RESPOSTAS, **OBRIGATORIAMENTE**, A ALTERNATIVA “**C**” QUE CORRESPONDE AO SEU CADERNO DE PROVAS.

DIREITO PENAL MILITAR

2ª QUESTÃO – No Brasil, atualmente, além dos militares, o civil ainda é submetido, excepcionalmente, à lei penal militar. O conceito de crime militar em tempo de paz é bastante controvertido e, por vezes, determina debates acalorados no âmbito de nossas cortes superiores, especialmente, no que tange a posicionamentos do Superior Tribunal Militar em linha divergente com o Supremo Tribunal Federal. Partindo do princípio de que vivemos em um Estado Democrático de Direito, considere as afirmativas abaixo e marque a alternativa CORRETA.

- A. () Os militares da ativa, reserva e reformados que praticaram crimes em tempo de paz, em lugar sujeito à administração militar, somente poderão ser processados e julgados por tribunais militares.
- B. () Como o Código Penal Militar proíbe a crítica indevida de ato de superior ou de assunto atinente à disciplina militar, impede a liberdade de expressão e livre manifestação do pensamento dos militares.
- C. () Mediante a análise comparativa dos conceitos doutrinários, infere-se que a definição clássica romana de crime militar próprio continua sendo o fato praticado pelo militar, infringindo deveres militares resultantes de sua função ou profissão.
- D. () Os crimes propriamente militares, assim como os impropriamente militares, somente autorizam a prisão do militar em caso de flagrante delito ou por ordem judicial.

3ª QUESTÃO – Um grupo de militares federais, todos da ativa, desarmados, resolveram paralisar os serviços administrativos de uma determinada Unidade, praticando desobediência contra ordem de superiores. O mentor dessa empreitada criminoso, conforme ficou comprovado nos autos da investigação policial militar, foi um Cabo. Do grupo, ainda faziam parte 01 (um) Tenente, 06 (seis) Subtenentes e 05 (cinco) Sargentos. Considerando a dosimetria da pena que os juízes de direito militares devem observar em relação à participação de cada militar na conduta infracional, certo é que:

- A. () a maior pena seria aplicada ao Cabo, por ser considerado o mentor intelectual no crime de motim, que é de autoria coletiva necessária.
- B. () a pena seria aplicada igualmente a todos os amotinados, por ser o crime de motim considerado de autoria coletiva necessária.
- C. () a maior pena seria aplicada ao Cabo, por ser considerado o mentor intelectual no crime de revolta, que é de autoria coletiva necessária.
- D. () a maior pena seria aplicada ao Tenente, por ser considerado cabeça no crime de motim, que é de autoria coletiva necessária.

4ª QUESTÃO – Dos crimes a seguir relacionados, marque a alternativa CORRETA que descreve os crimes existentes somente no Código Penal Militar:

- A. () reunião ilícita, recusa de obediência, rigor excessivo e atentado violento ao pudor.
- B. () reunião ilícita, desobediência, desacato, motim e deserção.
- C. () reunião ilícita, recusa de obediência, insubmissão e estupro de vulnerável.
- D. () atentado violento ao pudor, violência contra inferior, furto de uso e supressão de documento.

5ª QUESTÃO – Marque a alternativa CORRETA. Militar estadual ou federal, simulando doença mental, compra atestados médicos contendo informações falsas no Centro de Belo Horizonte. Apresenta-os perante a Administração Militar, permanecendo afastado, indevidamente, do serviço operacional e administrativo, por cerca de 15 (quinze) dias. A conduta do militar, à luz do Código Penal Militar, caracteriza:

- A. () crime de abandono de cargo e falsidade ideológica.
- B. () crime de deserção e uso de documento falso.
- C. () crime de deserção e falsidade ideológica.
- D. () crime de abandono de cargo e uso de documento falso.

6ª QUESTÃO – Em relação às penas principais previstas no Código Penal Militar, marque a alternativa CORRETA.

- A. () O mínimo da pena de reclusão é de 02 (dois) anos, e o máximo de 30 (trinta) anos.
- B. () A pena de morte é aplicada por fuzilamento em zonas de guerra e por enforcamento em tempo de paz.
- C. () O condenado militar a que sobrevier doença mental permanecerá recolhido em penitenciária militar.
- D. () A pena privativa de liberdade superior a 02 (dois) anos, aplicada a militar, é cumprida em penitenciária militar e, na falta dessa, em estabelecimento prisional civil.

7ª QUESTÃO – Marque a alternativa CORRETA. De acordo com o Código Penal Militar, extingue-se a punibilidade do autor do fato pela:

- A. () anistia, graça ou indulto.
- B. () reabilitação e pela transação.
- C. () morte do agente e pela prescrição.
- D. () retroatividade de lei mais benéfica e pelo ressarcimento do dano no crime de peculato.

8ª QUESTÃO – Em relação à aplicação da pena prevista no Código Penal Militar, marque a alternativa CORRETA.

- A. () são circunstâncias que sempre agravam a pena, quando não integrantes ou qualificativas do crime, a reincidência e ter o agente cometido o crime por motivo fútil ou torpe.
- B. () são circunstâncias que sempre atenuam a pena, ser o agente menor de 18 (dezoito) anos ou maior de 70 (setenta) anos.
- C. () quando ocorre mais de uma agravante ou mais de uma atenuante, o juiz deve considerar todas para aplicação da pena cominada ao crime.
- D. () no concurso de agravantes e atenuantes, a pena deve aproximar-se do seu limite mínimo.

DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

9ª QUESTÃO - Quanto à “menagem”, marque a alternativa INCORRETA.

- A. () O Ministério Público será ouvido, previamente, sobre a concessão da menagem, devendo emitir parecer dentro do prazo de três dias.
- B. () Será cassada a menagem àquele que se retirar do lugar para o qual foi ela concedida, ou faltar, sem causa justificada, a qualquer ato judicial para que tenha sido intimado ou a que deva comparecer independentemente de intimação pessoal.
- C. () A menagem será concedida pelo Comandante da Unidade em que serve o autor da infração penal, devendo, posteriormente, ser homologada pelo Juiz de Direito do Juízo Militar.
- D. () A menagem cessa com a sentença condenatória, ainda que não tenha passado em julgado.

10ª QUESTÃO - Quanto à prisão preventiva, marque a alternativa INCORRETA.

- A. () São requisitos da prisão preventiva a prova do fato delituoso e indícios suficientes de autoria.
- B. () A se evitar a vingança, por exemplo, por parte de membros de associação criminosa, de quadrilha ou bando, é perfeitamente possível decretar a prisão preventiva visando à proteção do policial militar que praticou o fato amparado por excludente de ilicitude.
- C. () Desaparecendo os motivos ensejadores da prisão preventiva anteriormente decretada, deverá o Juiz revogar a medida, bem como, se for o caso, de novo decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem.
- D. () O Juiz de Direito do Juízo Militar poderá, de ofício, decretar a prisão preventiva.

11ª QUESTÃO - Quanto à prova testemunhal, marque a alternativa INCORRETA.

- A. () Tanto no inquérito policial-militar como em Juízo, as testemunhas serão inquiridas cada uma de *per si*, de modo que uma não possa ouvir o depoimento da outra.
- B. () O Juiz, quando julgar necessário, poderá ouvir outras testemunhas, além das indicadas pelas partes.
- C. () Dentre outras pessoas, não se deferirá o compromisso aos doentes e deficientes mentais.
- D. () Qualquer pessoa poderá ser testemunha, à exceção da testemunha proibida de depor.

12ª QUESTÃO - Marque a alternativa INCORRETA. Compete à Polícia Judiciária Militar:

- A. () requisitar da polícia civil e das repartições técnicas civis os exames periciais necessários à elucidação do fato que se apura no IPM.
- B. () cumprir os mandados de prisão expedidos pela Justiça Militar.
- C. () cumprir as determinações da Justiça Militar relativas aos presos sob sua guarda e responsabilidade.
- D. () requisitar da autoridade judiciária militar a prisão preventiva do indiciado.

DIREITO ADMINISTRATIVO

13ª QUESTÃO - Em relação à responsabilidade civil da Administração Pública, marque a alternativa CORRETA.

- A. () Somente no caso de dolo, as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes causarem a terceiros.
- B. () A marca característica da responsabilidade objetiva é a necessidade de o lesado pela conduta estatal provar a existência do dolo ou a culpa do agente ou do serviço.
- C. () A responsabilidade civil por danos nucleares independe da existência de culpa, tendo como fundamento a teoria do risco administrativo.
- D. () O dano moral não é pressuposto para a responsabilização civil da Administração, por não ser objeto de uma possível ação de regresso.

14ª QUESTÃO – Considerando que o poder de polícia é uma prerrogativa de direito público que, com base na lei, autoriza a Administração Pública a restringir o uso e o gozo da liberdade e da propriedade em favor do interesse da coletividade, marque a alternativa CORRETA.

- A. () É cabível a cobrança de tarifa para atividade a ser exercida pelo poder público no exercício do poder de polícia, desde que, efetivamente, tenha sido executada a atividade, ou preço público, caso não tenha ocorrido a prestação da atividade.
- B. () Os denominados atos fiscalizatórios de polícia tem o caráter unicamente repressivo, vez que, em face da transgressão da norma de polícia, redundam na aplicação de sanção sem qualquer caráter educativo.
- C. () No exercício do poder de polícia administrativa, a Administração pode atuar de duas maneiras: editando atos normativos de conteúdo genérico, abstrato e impessoal; e, criando atos concretos, como os atos de licença e autorizações.
- D. () A polícia administrativa é atividade que se exaure em si mesma, ou seja, inicia e termina no âmbito da Administração, incidindo unicamente sobre os indivíduos, independente da atividade.

15ª QUESTÃO - Considerando a intervenção do Estado na propriedade e sua atuação no domínio econômico, marque a alternativa CORRETA.

- A. () A ocupação temporária é a forma de limitação à propriedade privada que se caracteriza pela utilização, transitória, gratuita ou remunerada, de imóvel de propriedade particular para fins de interesse público.
- B. () O tombamento implica em impor limitação administrativa perpétua ao direito de propriedade relacionado apenas aos bens imóveis em benefício do interesse coletivo, visando a preservação do bem tombado.
- C. () A servidão administrativa pode ser constituída em virtude de lei, acordo entre as partes e decisão judicial e, independente de qualquer ato jurídico, em hipótese alguma, ensejarão em direito à indenização.
- D. () A desapropriação é o procedimento pelo qual a Administração impõe ao proprietário a perda de um bem, substituindo-o, em qualquer caso, por justa indenização em dinheiro ou em títulos da dívida pública.

16ª QUESTÃO – Sobre licitações, marque a alternativa CORRETA.

- A. () Independente do valor, a concorrência é a modalidade obrigatória para a compra e alienação de bens imóveis.
- B. () Na tomada de preços, o cadastramento prévio dos licitantes pode ser feito até 02 (dois) dias úteis anteriores ao recebimento das propostas.
- C. () É cabível, por se tratar de serviço comum, licitar, por meio da modalidade pregão, serviços e obras de engenharia.
- D. () O concurso tipo maior lance é a modalidade cabível para a aquisição de bens móveis inservíveis para a Administração ou produtos legalmente apreendidos.

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE E INSTITUCIONAL

17ª QUESTÃO - De acordo com a Lei n. 8.069/90, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é CORRETO afirmar que:

- A. () nos casos expressos em lei, aplica-se ordinariamente o ECA às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.
- B. () os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.
- C. () a falta ou a carência de recursos materiais constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar.
- D. () as crianças menores de doze anos somente poderão ingressar e permanecer nos locais de apresentação ou exibição quando acompanhadas dos pais ou responsável.

18ª QUESTÃO - No que se refere à Lei n. 14.310/02, que dispõe sobre o Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais (CEDM), considere as proposições abaixo.

- I - amar a verdade e a responsabilidade como fundamentos da dignidade profissional.
- II - empregar toda a capacidade em benefício do serviço.
- III - primar pela correção de atitudes.
- IV - respeitar a dignidade da pessoa humana.

Com relação aos princípios de ética militar, marque a alternativa CORRETA.

- A. () I e III são verdadeiras.
- B. () I e IV são verdadeiras.
- C. () II e III são verdadeiras.
- D. () III e IV são verdadeiras.

19ª QUESTÃO - Marque a alternativa CORRETA. De acordo com a Lei n. 10.826/03, que dispõe sobre o Estatuto do Desarmamento, tem direito de portar arma de fogo de propriedade particular ou fornecida pela respectiva corporação ou instituição, mesmo fora de serviço, nos termos regulamentares, com validade em âmbito nacional:

- A. () os integrantes das guardas municipais dos Municípios com mais de 50.000 (cinquenta mil) e menos de 500.000 (quinhentos mil) habitantes.
- B. () os integrantes das Carreiras de Auditoria da Receita Federal do Brasil.
- C. () os integrantes do quadro efetivo dos agentes e guardas prisionais.
- D. () os agentes operacionais da Agência Brasileira de Inteligência.

20ª QUESTÃO - Tendo por base os ditames da Lei n. 9.807/99, que estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, é CORRETO afirmar que:

- A. () a solicitação objetivando ingresso no programa poderá ser encaminhada ao órgão executor somente pelo interessado ou seu responsável legal.
- B. () a segurança na residência da pessoa protegida, excetuando o controle de telecomunicações, é uma das medidas previstas no programa;
- C. () a proteção oferecida pelo programa terá a duração máxima de três anos.
- D. () a conduta incompatível da pessoa protegida poderá ensejar, por decisão do conselho deliberativo, sua exclusão do programa.

DIREITO PENAL

21ª QUESTÃO – O Direito Penal tem como fim específico a proteção dos bens jurídicos essenciais ao indivíduo e à sociedade. Embora de caráter coercitivo, busca limitar o poder de punir do Estado, procurando agir de acordo com os dispositivos constitucionais, sob pena de se tornar em um instrumento de opressão e violação de direitos e garantias. Sua aplicação, quando necessário, deve ser coerente e utilizado como instrumento de ressocialização. Partindo desse entendimento, a Constituição Federal, em seu art. 5º, inciso XLVI, estabelece modalidades de “castigo” aos infratores da lei, dentre os quais, “privação ou restrição da liberdade, perda de bens, multa e prestação social alternativa”. O dispositivo constitucional destacado expressa um princípio inerente ao direito penal, sendo CORRETA a afirmativa:

- A. () princípio da limitação das penas.
- B. () princípio da individualização da pena.
- C. () princípio da proporcionalidade.
- D. () princípio da fragmentariedade.

22ª QUESTÃO – No dia em que completaria 15 (quinze) anos de idade, a bela garota resolveu se entregar ao namorado de 19 (dezenove) anos de idade. Para tanto, resolveram que o local seria o quarto da moça, uma vez que seu pai daria uma grande festa e aproveitariam o grande movimento para praticarem o ato sexual. Por volta das 23 horas, percebendo que todos estavam entretidos com a festa, o jovem casal subiu disfarçadamente para o andar superior da residência, dirigindo-se até o cômodo escolhido. A moça e o rapaz, de livre e espontânea vontade, após a prática de atos libidinosos diversos, quando estavam para consumir a conjunção carnal, foram flagrados pelo genitor da debutante. Diante desse quadro, o pai enfurecido, encerrou imediatamente a festa, mandando retirar todos os convidados do ambiente e acionou uma viatura policial para registro dos fatos.

O policial, após ouvir o caso relatado pelo pai da menor, registrou a ocorrência. Marque a alternativa CORRETA que descreve a conduta sexual praticada pelo rapaz em relação à sua namorada.

- A. () Conduta atípica, haja vista que pessoas maiores de 14 anos de idade, de livre e espontânea vontade, podem praticar conjunção carnal ou atos libidinosos diversos da conjunção carnal.
- B. () Crime de estupro de vulnerável, pois somente após os 15 anos de idade completos, é que menores tem livre e espontânea vontade para praticarem conjunção carnal ou atos libidinosos diversos da conjunção carnal.
- C. () Crime de atentado violento ao pudor consumado e tentativa de estupro de vulnerável, pois somente após os 15 anos de idade completos, é que menores tem livre e espontânea vontade para praticarem conjunção carnal ou atos libidinosos diversos da conjunção carnal.
- D. () Crime de atentado violento ao pudor consumado e tentativa de estupro de vulnerável, pois a garota era menor de 18 anos de idade, não possuindo capacidade de livre e espontânea vontade praticar conjunção carnal ou atos libidinosos diversos da conjunção carnal.

23ª QUESTÃO – Marque a alternativa CORRETA. Para que se possa concluir pelo concurso de pessoas, será preciso verificar a presença dos seguintes requisitos:

- A. () pluralidade de condutas, relevância causal de cada conduta, liame subjetivo entre os agentes e a infração penal.
- B. () pluralidade de agentes ou de condutas, relevância causal de cada agente, liame subjetivo entre os agentes e a infração penal.
- C. () pluralidade de agentes e de condutas, relevância causal de cada conduta, liame subjetivo entre os agentes e identidade de infração penal.
- D. () pluralidade de condutas, relevância causal de cada agente, liame subjetivo entre os agentes e a infração penal.

24ª QUESTÃO – Um cidadão “A” adquire uma residência situada ao lado de uma rede de esgoto, sendo invadida, diariamente, no período noturno, pela fresta inferior da porta de sua cozinha, por ratos e camundongos. O sujeito se arma com um pedaço de madeira e, nos dias que se seguem, sempre por volta das 22h, com as luzes apagadas, obtém sucessivos êxitos na captura e morte desses roedores. Certo dia, na mesma hora de sempre, um vizinho do cidadão “A”, no intuito de depositar um convite de casamento nessa residência, passa sua mão direita por baixo da porta, a fim de depositar o envelope, momento em que recebe uma paulada no dorso do membro, provocando lesão corporal grave. Com o impacto, o vizinho bem intencionado deu um grito, causando uma reação de espanto no cidadão “A”, que ato contínuo, ascendeu as luzes da casa e abriu a porta, constatando que havia confundido a mão do infrator com um roedor. A polícia foi chamada, sendo o fato esclarecido e encerrado na delegacia.

O Delegado que recebeu a ocorrência, liberou todos, haja vista ter sido evidenciado que o proprietário da residência, cidadão “A”, agiu amparado pela excludente de:

- A. () erro de proibição.
- B. () erro de tipo.
- C. () exercício regular do direito.
- D. () legítima defesa.

25ª QUESTÃO – Uma empregada doméstica, percebendo que os proprietários encontravam-se na cama, sorrateiramente, tranca a porta do quarto com chave pelo lado de fora, impedindo-os de acessar outros cômodos da residência. Imediatamente, permite a entrada de dois comparsas que, durante 10 (dez) minutos, passam a recolher todos os objetos de valor que conseguem transportar em duas mochilas grandes de costa. Os proprietários levantam com o barulho e ao tentarem sair do quarto percebem estar trancados naquele ambiente, quando passam a chamar pela empregada que, todavia, ignora deliberadamente o chamado, abandona o emprego com os demais membros do grupo, após a empreitada criminosa. Pela janela da casa, conseguem chamar um vizinho que, adentra ao imóvel e destranca a porta do cômodo. Após saírem do quarto, os proprietários percebem o desaparecimento de vários objetos de valor, bem como a ausência da empregada. A polícia foi acionada, sendo registrada ocorrência com codificação principal de:

- A. () Roubo.
- B. () Furto.
- C. () Cárcere privado.
- D. () Apropriação indébita.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

26ª QUESTÃO - Sobre a prisão temporária prevista na lei nº 7960/89, considere as seguintes assertivas:

- I - a prisão temporária dirige-se exclusivamente à tutela das investigações realizadas no inquérito policial.
- II - pode ser decretada quando instaurada a ação penal.
- III - o prazo máximo de duração da prisão temporária previsto na lei é de 05 (cinco) dias, prorrogáveis uma única vez se por igual período, em caso de extrema necessidade.
- IV - terminado o prazo de vigência da prisão temporária não há outra medida a ser adotada senão a liberação do preso, sob pena de configuração de crime de abuso de autoridade.

Marque a alternativa CORRETA.

- A. () Apenas as alternativas I e III são corretas.
- B. () Todas as alternativas são corretas.
- C. () Apenas as alternativas II, III e IV são corretas.
- D. () Apenas as alternativas III e IV são corretas.

27ª QUESTÃO - Quanto às testemunhas considere as seguintes assertivas:

- I - toda pessoa poderá ser testemunha, com observação das restrições legais para prestar depoimento, inclusive aquelas que não presenciaram o fato criminoso e suas circunstâncias.
- II - em juízo, quando a testemunha já prestou depoimento no Inquérito Policial não basta a simples ratificação de seu depoimento prestado anteriormente.
- III - os militares serão requisitados para prestar depoimento junto à autoridade superior e os funcionários públicos serão intimados por mandado, devendo ser também comunicado ao chefe da repartição pública em que servirem, com indicação do dia e da hora marcados.
- IV - o ofendido não é obrigado a prestar compromisso.

Marque a alternativa CORRETA:

- A. () todas as alternativas são falsas.
- B. () somente as alternativas I, II e IV são verdadeiras.
- C. () todas as alternativas são verdadeiras.
- D. () somente as alternativas II e III são verdadeiras.

28ª QUESTÃO - Sobre a busca e apreensão, marque a alternativa CORRETA.

- A. () É meio de prova produzida desde o início sob o amparo do princípio do contraditório, com a participação de ambas as partes.
- B. () Não é possível o emprego de força e o arrombamento em casos de ausência do morador ou de qualquer pessoa no local da realização da diligência, devendo neste caso, a autoridade certificar no mandado o ocorrido.
- C. () A busca pessoal não depende de autorização judicial, ainda que haja violação ao direito constitucional à intimidade.
- D. () No curso da diligência de busca domiciliar é proibido realizar busca pessoal.

29ª QUESTÃO - Marque a alternativa CORRETA. São competências de natureza absoluta:

- A. () competência territorial e a competência em razão da pessoa.
- B. () competência em razão da matéria e a competência territorial.
- C. () competência em razão da pessoa, competência em razão da matéria e competência territorial.
- D. () competência em razão da pessoa e a competência em razão da matéria.

DIREITO CONSTITUCIONAL

30ª QUESTÃO – Analise as assertivas abaixo. São funções institucionais do Ministério Público:

- I - requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais.
- II - defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.
- III - promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.
- IV - exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar mencionada no artigo anterior.

Marque a alternativa CORRETA.

- A. () Apenas a alternativa II é falsa.
- B. () Todas as alternativas são verdadeiras.
- C. () A alternativa II e IV são falsas.
- D. () Apenas a alternativa III é falsa.

31ª QUESTÃO – Nos termos da Constituição Federal, sobre os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, é CORRETO afirmar que:

- A. () os débitos de natureza alimentícia compreendem aqueles decorrentes de salários, vencimentos e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou por invalidez, fundadas em responsabilidade civil ou penal, em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
- B. () os débitos de natureza alimentícia compreendem aqueles decorrentes de salários, proventos, pensões e suas complementações e benefícios previdenciários, em virtude de sentença judicial, mesmo não transitada em julgado.
- C. () os débitos de natureza alimentícia compreendem aqueles decorrentes de salários, vencimentos, gratificações e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou por invalidez, fundadas em responsabilidade civil e penal, em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
- D. () os débitos de natureza alimentícia compreendem aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou por invalidez, fundadas em responsabilidade civil, em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

32ª QUESTÃO – Sobre os direitos e deveres individuais e coletivos, é CORRETO afirmar que:

- A. () a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País.
- B. () todos podem reunir-se pacificamente, com armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.
- C. () a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas dependem de autorização, sendo obrigatória a interferência estatal em seu funcionamento.
- D. () a pequena propriedade rural, assim definida em lei, mesmo trabalhada pela família, pode ser objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento.

33ª QUESTÃO – Compete ao Conselho Nacional de Justiça, o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura:

- A. () receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, exceto contra seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro que atuem por delegação do poder público ou oficializados, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional dos tribunais, podendo avocar processos disciplinares em curso e determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa.
- B. () rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de juízes e membros de tribunais julgados há mais de um ano.
- C. () zelar pela observância do art. 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União.
- D. () elaborar anualmente relatório estatístico sobre processos e sentenças prolatadas, por unidade da Federação, nos diferentes órgãos do Poder Judiciário.

34ª QUESTÃO - Marque a alternativa CORRETA. Pode propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade:

- A. () Confederação sindical ou entidade de classe de âmbito estadual.
- B. () O Procurador-Geral da República.
- C. () O Conselho Estadual da Ordem dos Advogados do Brasil
- D. () O Procurador-Geral do Estado.

LÍNGUA PORTUGUESA

Reforma ortográfica: falar e escrever certo.

Dominar a norma culta de um idioma é plataforma mínima de sucesso para profissionais de todas as áreas. Engenheiros, médicos, economistas, contabilistas e administradores que falam e escrevem certo, com lógica e riqueza vocabular, têm mais chance de chegar ao topo do que profissionais tão qualificados quanto eles mas sem o mesmo domínio da palavra. Por essa razão, as mudanças ortográficas interessam e trazem dúvidas a todos. O acordo diz como se devem usar o hífen e o acento agudo e outros desses minúsculos sinais gráficos que já fizeram estatelar muitas reputações. A diferença entre um sucesso e um vexame pode ser determinada por uma simples crase mal utilizada. Portanto, não há como ignorar quando os sábios se reúnem para determinar o que é certo e errado no uso do português.

Nas grandes corporações, os testes de admissão concedem à competência linguística dos candidatos, muitas vezes, o mesmo peso dado à aptidão para trabalhar em grupo ou ao conhecimento de matemática. Diversas pesquisas estabelecem correlações entre tamanho de vocabulário e habilidade de comunicação, de um lado, e ascensão profissional e ganhos salariais, de outro. Um estudo feito em 39 empresas americanas mostrou que a chance de ascensão profissional está diretamente ligada ao vocabulário que a pessoa domina. Quanto maior seu repertório, mais competência e segurança ela terá para absorver novas ideias e falar em público. Cresce a consciência de que as línguas bem faladas, protegidas por normas cultas, são ferramentas da cultura e também armas da política, além de ser riquezas econômicas.

Após várias tentativas de se unificar a ortografia da língua portuguesa, a partir de primeiro de janeiro de 2009 passou a vigorar no Brasil, e em todos os países da CPLP (Comunidade de Países de Língua Portuguesa), o período de transição para as novas regras ortográficas que se finaliza em 31 de dezembro de 2012. Algumas modificações foram feitas no sentido de promover a união e proximidade dos países que têm o português como língua oficial: Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Timor Leste, Brasil e Portugal. No entanto, não é necessário que haja aversão às alterações, pois são simples e fáceis de serem apreendidas, além disso, há um prazo de adaptação que contribui para o processo de assimilação das mudanças.

O acordo entrará em vigor a partir de janeiro de 2009, mas as duas normas ortográficas, a atual e a prevista no acordo, poderão ser usadas e aceitas como corretas nos exames escolares, vestibulares, concursos públicos e demais meios escritos até dezembro de 2012. Segundo o MEC (Ministério da Educação), a medida deve facilitar o processo de intercâmbio cultural e científico

entre os países e ampliar a divulgação do idioma e da literatura em língua portuguesa.

A escritora Lya Luft disse que a unificação já devia ter ocorrido antes, pois considera uma medida civilizada. A diferença na escrita dos países que falam português atrapalha o intercâmbio econômico e editorial. “Como toda reforma, essa proposta tem suas falhas, mas acho ótimo”, concluiu a escritora.

O gramático Evanildo Bechara, membro da Academia Brasileira de Letras, achou a unificação ortográfica importante do ponto de vista político, pois implica numa maior difusão da língua portuguesa nos seus textos escritos, mas considera que a reforma poderia ter avançado mais.

Texto adaptado de Revista Veja (matéria de capa), edição 2025, de 12/09/2007.

INTERPRETAÇÃO DE TEXTO

35ª QUESTÃO – Do texto se extrai a seguinte passagem: “(...) *outros desses minúsculos sinais gráficos que já fizeram estatelar muitas reputações*”. A respeito da palavra em destaque, é CORRETO afirmar que já fizeram:

- A. () enaltecer muitas reputações.
- B. () derrubar muitas reputações.
- C. () sublimar muitas reputações.
- D. () erigir muitas reputações.

36ª QUESTÃO – No texto observa-se a passagem: “(...) *Segundo o MEC (Ministério da Educação), a medida deve (...)*”. A respeito da palavra em destaque, é CORRETO afirmar que:

- A. () a palavra faz referência ao período de transição para as novas regras ortográficas que se finaliza em 31 de dezembro de 2012.
- B. () a palavra faz referência aos exames escolares, vestibulares e concursos públicos.
- C. () a palavra representa o processo de intercâmbio cultural e científico entre os países.
- D. () a palavra representa o acordo ortográfico que entrará em vigor.

37ª QUESTÃO – O texto apresenta duas opiniões a respeito do tema. Após leitura e análise das afirmativas de cada especialista no assunto, é CORRETO afirmar que:

- A. () ambos opinaram favoravelmente, com algumas ressalvas.
- B. () ambos opinaram desfavoravelmente, sem ressalvas.
- C. () ambos foram céticos à proposta de mudança.
- D. () ambos foram totalmente receptivos, sem ressalvas.

GRAMÁTICA

38ª QUESTÃO – Leia atentamente as palavras abaixo e em seguida marque a alternativa em que todas elas estão grafadas CORRETAMENTE.

- A. () enjoio; tranquilo; heroi; sossego; destrói; espontâneo.
- B. () assembleia; anéis; juiz; ítem; voo; melancia.
- C. () heroico; frequente; açúcar; decência; baú; paranoia.
- D. () feiúra; chapéu; juízo; órgão; nuvem; fórceps.

39ª QUESTÃO – Marque a alternativa CORRETA. No texto, tem-se a seguinte passagem: “(...) o período de transição para as novas regras ortográficas que se **finaliza** em 31 de dezembro de 2012”.

Se o mesmo texto fosse escrito hoje, o verbo passaria a ser flexionado de outra maneira, ou seja, **finalizou**. Com tal mudança, marque a alternativa que corresponde ao tempo, modo e conjugação da nova forma: **finalizou**.

- A. () TEMPO: pretérito simples. MODO: subjuntivo. CONJUGAÇÃO: 2ª.
- B. () TEMPO: pretérito imperfeito. MODO: indicativo. CONJUGAÇÃO: 1ª.
- C. () TEMPO: pretérito mais que perfeito. MODO: subjuntivo. CONJUGAÇÃO: 3ª.
- D. () TEMPO: pretérito perfeito. MODO: indicativo. CONJUGAÇÃO: 1ª.

40ª QUESTÃO – Leia atentamente o texto e escreva as palavras corretas. Após, marque a alternativa CORRETA que corresponde à sequência em que elas aparecem no texto.

No ano de 2012, no Congresso Nacional, houve _____ (sessão, seção, cessão) para debater sobre _____ (a, à) nova lei ambiental. Naquela oportunidade, discutiu-se também sobre a _____ (sessão, seção, cessão) de terras por parte da União para determinadas ONGs. Muitos jornalistas fizeram perguntas a respeito do documento de mais de 400 páginas, onde cada _____ (sessão, seção, cessão) do projeto foi amplamente discutida. Um deputado levantou a polêmica sobre o _____ (porque, porquê, por que, por quê) de tal projeto ser levado a plenário em ano eleitoral. A resposta foi no sentido de que a sociedade está _____ (afim, a fim) de uma solução para a questão ambiental e que _____ (há, a) muito tempo a discussão se arrasta e ainda ressaltou que daqui _____ (há, a) alguns anos colheremos os benefícios. Em decorrência do calor que fazia em Brasília (DF), algumas pessoas passaram _____ (mau, mal). Os ambientalistas assistiam _____ (a, à) cena em silêncio.

- A. () (seção); (a); (sessão); (cessão); (porque); (a fim); (a); (há); (mal); (a).
- B. () (sessão); (a); (cessão); (seção); (porquê); (a fim); (há); (a); (mal); (à).
- C. () (seção); (à); (cessão); (sessão); (por quê); (a fim); (há); (a); (mau); (à).
- D. () (cessão); (a); (seção); (sessão); (por que); (afim); (a); (há); (mau); (a).

INSTRUÇÕES PARA REALIZAÇÃO DA PROVA DE REDAÇÃO

1. Leia o texto abaixo para desenvolver a redação.

Quando pensamos em impunidade, lembramos imediatamente em falta de castigo. Sob o enfoque jurídico, podemos relacionar impunidade com a não aplicação de determinada pena criminal a determinado caso concreto. A lei traz a previsão de que para cada delito, há sua correspondente punição. Quando o infrator não é alcançado, seja pela morosidade do aparato legal, pela fuga, pela deficiência da investigação, ou por qualquer fato posterior de tolerância, o crime permanecerá impune. Em latim tem-se que: *“impunitas peccandi illecebra”*, que significa impunidade estimula delinquência.

2. Com base nas informações apresentadas, redija um texto **dissertativo-argumentativo** sobre o tema: **“A impunidade e as práticas criminosas no Brasil”**.

3. Em sua dissertação procure ter claro, antes de começar a escrever, o que você pensa sobre o assunto.

4. Escreva seu texto numa linguagem impessoal, defendendo sua ideia por meio de uma análise com argumentos sólidos e consistentes, não apenas “achando” alguma coisa sobre o assunto.

5. Um bom texto é aquele que requer leitura sem esforço, e não aquele de difícil compreensão – embora, com frequência, seja necessário um grande esforço da parte de quem escreve para conseguir tal feito.

6. Respeite as regras gramaticais e ordene os pensamentos em uma sequência metódica e lógica, transformando-os em palavras claras e expressivas, evitando que o leitor tenha que se esforçar para decifrá-las.

7. **DÊ UM TÍTULO À SUA DISSERTAÇÃO**, escrevendo-o no local apropriado do impresso para a produção da redação.

8. Desenvolva a sua dissertação no máximo em 30 (trinta) linhas e no mínimo em 120 (cento e vinte) palavras.

9. O valor da redação é de 100 (cem) pontos.

10. Use caneta esferográfica com tinta azul ou preta.

11. Você pode escrever com letra cursiva ou de fôrma. Qualquer que seja sua opção **DIFERENCIE AS LETRAS MAIÚSCULAS DAS MINÚSCULAS**.

12. **Será atribuída nota zero à redação:**

- a) cujo conteúdo versar sobre tema diverso do estabelecido;
- b) que fuja da tipologia, tema e proposta da redação;
- c) considerada ilegível ou desenvolvida em forma de desenhos, números, versos, espaçamento excessivo entre letras, palavras e parágrafos, bem como em códigos alheios à língua portuguesa escrita ou em idioma diverso do Português;
- d) que não for redigida com caneta de tinta azul ou preta;
- e) cujo texto seja, no todo ou em parte, cópia, transcrição ou plágio de outro autor;
- f) que apresentar qualquer escrita, sinal, marca ou símbolo que possibilite a identificação do candidato.

RASCUNHO

----- corte aqui-----
GABARITO DO CANDIDATO

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|----------|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 |
| C | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 | 32 | 33 | 34 | 35 | 36 | 37 | 38 | 39 | 40 |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |